

Texto 01

O TRABALHO, A POLÍTICA E O TRABALHADOR DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: Percurso de rupturas e continuidades que significam o campo de atuação dos profissionais da Política de Assistência Social.

*“O sentido do trabalho que estrutura o capital acaba sendo
desestruturante para a humanidade; na contrapartida, o
trabalho que tem sentido estruturante para a humanidade é
potencialmente desestruturante para o capital.”
(Ricardo Antunes, 2009. p. 13)*

INTRODUÇÃO

O trabalho das equipes de referência do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) talvez seja, na atualidade, um dos temas mais urgentes e relevantes na pauta da institucionalização da Política de Assistência Social. Este é um campo eivado de contradições entre os avanços legais e normativos alcançados a partir da Constituição Federal de 1988 (CF/88) e o contexto de ataques e precarização para sua efetivação. Esse duplo movimento é transpassado por uma história de subordinação e utilização da classe trabalhadora, seja como profissional ou como usuária da política, aos interesses do grande capital.

É nesse contexto que se impõe a necessidade imprescindível de qualificar o trabalhador do SUAS na perspectiva da reflexão crítica sobre os processos de desproteção e as formas institucionalizadas do Estado em prover proteção social, *lócus* de seu trabalho. É preciso que se compreenda a Política de Assistência Social como parte do campo da Seguridade Social (Art. 194 da CF/88) e como uma política pública, direito do povo, que deve ser assegurada com qualidade a todos e todas que dela necessitarem.

Para Aldaíza Sposati ainda “Não está incorporado na nomenclatura “assistência social” o conteúdo de seguridade social que lhe foi atribuído na CF-88” (Sposati, 2007), assim como consideramos que a própria noção de garantia de direitos e cidadania não está plenamente incorporada aos processos de trabalho das equipes, seja por condições objetivas ou subjetivas.

O enfrentamento à concepções e práticas assistencialistas e filantrópicas requer trabalhadores qualificados, seguros em seus vínculos de trabalho para se manterem resistentes na defesa dos princípios do SUAS, eticamente coerentes em suas condutas profissionais e possam ter

no horizonte, sem medo de retaliações, um projeto societário justo e socialmente referenciado na emancipação da classe trabalhadora. Este trabalhador deve ser um sujeito histórico na consolidação do SUAS, deve ter autonomia e capacidade crítica para refletir sobre questões como a composição e atribuições das equipes do SUAS e as metodologias e processos de trabalho que possam efetivamente responder aos desafios da sociedade atual com garantia de direitos, participação popular e controle social.

O avanço neoliberal que aprofunda a precarização das relações de trabalho (Antunes, 2020) bem como a desumanização das relações sociais com a destruição de pactos civilizatórios e seus reflexos no cotidiano das famílias e dos territórios são processos complexos que se entrelaçam e amplificam as questões sociais (Santos, 2012). Isto tem impactado no aumento e na complexificação das demandas por proteção social sobre um quadro de recursos humanos ainda referenciado na realidade de 2006 quando se aprovou a Norma Operacional Básica dos Recursos Humanos para o SUAS (NOB SUAS-RH) através da Resolução Nº 269 de 13/12/2006.

O avanço da ideologia conservadora que violenta e vitimiza mulheres e pessoas LGBTQIAPN+, a violência e o racismo estrutural que do mesmo modo atingem pessoas negras, pessoas com deficiência, adolescentes a quem se atribui a prática de ato infracional dentre tantas outras questões como trabalho infantil, isolamento social, ausência de renda e fome exigem respostas qualificadas e de totalidade. Pensar nas atribuições das equipes do SUAS para construção de respostas a estas situações, determinadas historicamente por fenômenos de várias ordens, materiais e imateriais, é, portanto, uma questão de primeira grandeza para consolidação de uma Política de Assistência Social reconhecida por seu potencial transformador e humanizante. Este é o desafio que nos impulsiona a iniciar esse estudo com vocês, questões que surgiram da escuta de trabalhadoras e trabalhadores nos cursos da ESFOSUAS em vários municípios do Estado de Pernambuco.

São os trabalhadores e trabalhadoras destas equipes: descontentes, adoecidos, desgastados por processos de trabalho precarizado, em situação de superexploração que continuam a colocar à disposição desta política pública sua força de trabalho e, assim, ao mesmo tempo em que a constroem, produzem sua própria identidade como trabalhadores e trabalhadoras do SUAS.

Esperamos que com esses textos possamos contribuir para produzirmos coletivamente significados e processos de trabalho no sentido da emancipação de todos e todas que atuam e acessem essa política.

Vamos lá!

1. OS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NOS CAMINHOS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL

Para compreender a importância do trabalho das equipes do SUAS é preciso iniciar esse diálogo com os significados dado ao trabalho no contexto da assistência social. O significado enquanto um “... um signo que fica (signo-ficare)” (Codo, 1997, p. 26) é construído na relação cotidiana entre a oferta da política e os sujeitos e seus territórios, mediado pelo trabalho das equipes do SUAS. Como afirma Aldaíza Sposati “o trabalho desenvolvido na política de Assistência Social é a mediação central da própria política”. Portanto é o trabalho das equipes que faz a mediação entre o que deve ser a Política e como ela se operacionaliza e passar a ser compreendida pela população.

Assim, se o trabalhador compreende a assistência social como política de direitos e têm garantida todas as condições de desenvolver seu trabalho nessa perspectiva, assim a política será reconhecida. Caso esteja submetido a relações de precarização, medo e ou tenha compreensões desta política como “favor”, “esmola”, “caridade”, “assistencialismo”, “moeda de troca”, assim será significada em sua prática e compreendida pelos sujeitos com quem as equipes interagem.

Passados mais de vinte anos da publicação da Resolução nº 145 de 15/10/2004 que aprovou a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) ainda lutamos para o reconhecimento da assistência social como política de Estado inscrita no campo dos direitos sociais. Isso exige tanto rompimentos com velhas práticas e concepções quanto novas construções, movimentos em sentidos opostos que tencionam permanente o trabalho no SUAS e que decorrem das forças que fazem a gestão do Estado e das condições de resistência dos trabalhadores do SUAS.

Mas, como veremos nos textos, tais tendência que tencionam o trabalho das equipes não acontece ao gosto do acaso nem é obra da boa vontade de um ou de outro, pois:

“O trabalho no SUAS é estrategicamente apoiado no conhecimento e na formação teórica, técnica, ética e política do seu quadro de pessoal e nas condições institucionais de que dispõe para efetivar sua intervenção sendo extremamente necessárias garantias para os trabalhadores” (Raichellis, 2011)

Na prática da sala de aula escutamos recorrentemente frases que expressam significados que são atribuídos à Política de Assistência Social, tais como: “Se tirar uma unidade da assistência social da comunidade não haverá nenhuma reação por parte da população usuária, não somos reconhecidos pela população” ou “A assistência Social é a prima pobre das políticas”. Cabe nos perguntar o que tem determinado essa visão e se ela reflete a realidade para considerar seus motivos.

Embora ainda tenhamos dificuldade em reconhecer e analisar os impactos do trabalho das equipes na realidade das famílias e dos territórios – falha que pode e precisa ser superada, estudos nacionais e internacionais demonstram o alcance de importantes resultados no enfrentamento às situações de risco e vulnerabilidade social, apontando o projeto ético-político defendido por essa política.



FONTE: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/9/22/bolsa-familia-estudo-internacional-revela-impactos-positivos-em-educacao-renda-166057.html>

Segundo matéria publicada no site da revista FÓRUM, o centro de pesquisa CEDLAS (Centro de Estudios Distributivos, Laborales y Sociales), especializado no estudo de questões relacionadas à distribuição de renda, pobreza, desigualdade, políticas sociais e o mercado de trabalho na América Latina, publicou no ano de 2024 os resultados de uma pesquisa que revelam os impactos da Política de Assistência Social na vida das famílias:

Embora já existam muitos estudos sobre os efeitos de curto prazo dos programas de transferência de renda, este estudo argentino se diferencia ao focar nos impactos de longo prazo, um campo ainda pouco explorado. Usando uma metodologia de dois estágios e duas amostras, combinada com a abordagem de diferença em diferenças, os autores demonstraram que o Bolsa Família tem um impacto duradouro na vida dos beneficiários. (Leiam a matéria completa da jornalista Iara Vidam no site: <https://revistaforum.com.br/brasil/2024/9/22/bolsa-familia-estudo-internacional-revela-impactos-positivos-em-educacao-renda-166057.html>)

Estes resultados, fruto da redistribuição da renda através da oferta pública de programas, serviços e benefícios que tiram milhares de brasileiros da fome e possibilitam o rompimento de ciclos históricos de exclusão, não agrada a todos os setores da sociedade capitalista. Os defensores da concentração da riqueza atacam o SUAS por sua potente capacidade de colocar em condições de dignidade essa *“gente que a usina, depois de mastigar, largou”* como diria João Cabral de Melo Neto.

Segundo matéria da revista Exame em 2024 a concentração de riqueza no Brasil aumentou 16,8% nos últimos 15 anos elevando o Brasil a segunda colocação em um ranking de maior desigualdade feito com 56 países, só perdendo para a África. Segundo essa matéria até 2028 teremos um aumento de mais 22 milionários no Brasil. (Fonte: <https://exame.com/economia/concentracao-de-renda-no-brasil-aumenta-17-em-15-anos-veja-ranking/>)

Essa contradição entre distribuição e concentração da riqueza sustentam diferentes projetos societários em que se trava a disputa entre práticas e ideologias conservadoras e o trabalho social referenciado na dignidade humana. Podemos aproximar nossa reflexão da expressão de Sposati ao referir que existe um confronto entre projetos de “permanência da hegemonia da versão conservadora e patrimonialista nessa área de ação... e os de alteração desse status quo para fazer da assistência social política pública, dever de Estado e direito do cidadão” (Sposati, 2007, p.436-437).

Recentemente tivemos uma onda de ataques ao programa Bolsa Família, verdadeiras expressões da luta entre diferentes projetos de sociedade. Vamos analisar as matérias abaixo:



Fonte: <https://atarde.com.br/politica/rei-do-ovo-detona-bolsa-familia-e-dispara-pessoas-estao-viciadas-1331035>

Luciano Hang imita “Rei do Ovo” e detona Bolsa Família

Publicado por Augusto de Sousa - Atualizado em 17 de junho de 2025 às 19:40



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/luciano-hang-imita-rei-do-ovo-e-detona-bolsa-familia/>

“O auxílio precisa, sim, existir para quem realmente precisa. Mas quem tem condições deve trabalhar crescer e construir o próprio futuro com dignidade”.

Estas visões deixam claro o que pensa o grande capital sobre a distribuição de renda realizada através de uma política pública. A perspectiva conservadora da assistência social ali colocada remete a assistência como mecanismo de dependência e acomodação da classe trabalhadora, além de defender sua ofertada apenas “a quem realmente precisa” utilizando a capacidade individual da venda de sua força de trabalho como elementos excludentes, responsabilizando o indivíduo por sua condição de desproteção.

Importante entendermos que esse confronto não se dá apenas no campo das ideias ou “narrativas”, mas também, e principalmente, no chão da luta de classes que se materializa na forma de gestar e operacionalizar a política pública de Assistência Social.

Para compreendermos os nexos entre o passado conservador e as condições para efetivar a assistência no campo dos direitos, é preciso ampliar a visão crítica sobre os processos que historicamente foram atribuindo significado social a esta ação. O objetivo é contribuir para que o trabalhador possa se colocar como sujeitos históricos protagonistas de seu tempo na defesa do SUAS que queremos.

Antes de avançarmos, vamos esclarecer que o uso do termo “assistência” adquire sentidos. No dicionário o termo assistência tem diferentes significados podendo se referir ao:

1. Ato ou efeito de assistir.
- 2 Ato ou efeito de amparar ou proteger; amparo, proteção.
3. Presença junto de alguém, prestando-lhe apoio afetivo ou os cuidados necessários.

Para abordar o atendimento à população em risco e vulnerabilidade antes da promulgação da CF/88 vamos utilizar o termo em sua forma genérica como ato de assistir ou como amparo e

proteção, mas sempre relacionando seu significado a um determinado contexto de práticas e intenções políticas considerando que:

Na história da humanidade, a assistência aparece inicialmente como prática de atenção aos pobres, aos doentes, aos miseráveis e aos necessitados, exercida, sobretudo, por grupos religiosos ou filantrópicos. Ela é antes de tudo, um dever de ajuda aos incapazes e destituídos, o que supõe uma concepção de pobreza enquanto algo normal e natural ou fatalidade da vida humana. Isto contribuiu para que, historicamente e durante muito tempo, o direito à Assistência Social fosse substituído por diferentes formas de dominação, marginalização e subalternização da população mais pobre. (Oliveira, 2005, p. 25).

Esclarecimento feito, vamos avançar.

2. A CONSTRUÇÃO HISTÓRICA DOS SIGNIFICADOS DO TRABALHO NO CAMPO DA ASSISTÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA

O trabalhador da Política de Assistência Social é um sujeito que surge na história recente de nosso país com a CF/88 embora seus “antepassados” remetam ao período colonial quando o mundo estava se reorganizando do ponto de vista geopolítico com a divisão dos mercados através das expedições europeias do século XVI que tomaram para si povos e territórios.

Com pé firme o colonizador desembarca nas Américas e assim começa a história da assistência no Brasil. Vamos conhecer brevemente um pouco mais dessa história.



Fonte: <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/luciano-hang-imita-rei-do-ovo-e-detona-bolsa-familia/>

Originada da necessidade de converter indígenas a favor do projeto de colonização, coube à igreja, especificamente aos jesuítas sob mando de Portugal, as primeiras ações de assistência praticadas no Brasil. Sobre seus objetivos Rizzini e Pilotti (2009) afirmam que os jesuítas tinham uma dupla missão: “Convertiam as crianças ameríndias em futuros súditos dóceis do Estado

português e, através delas, exerciam influência decisiva na conversão dos adultos às estruturas sociais e culturais recém importadas”. (P. 17).

Embora muito distante do ponto que queremos chegar, é possível identificar já naquele contexto o significado dado ao trabalho de assistência dos jesuítas orientado para docilização e manutenção das relações de poder e dominação.

Com a chegada do povo africano esse processo se agudiza e se barbariza pela utilização do trabalho escravo e as práticas de controle e submissão mantidas com açoitamento, mutilação, encarceramento e proibição do acesso a qualquer expressão cultural que não estivesse vinculada a religião e costumes cristãos europeus. O sentido do trabalho realizado pelos africanos foi desumanizado tanto pelo modo de produção baseado na relação senhor - escravo, quanto por serem considerados de um povo “sem alma”, o que os tornou posse e objeto e, portanto, uma mercadoria. Veremos mais tarde que no capitalismo a mercadoria deixa de ser a pessoa como um todo e passa a ser apenas o seu trabalho. Tornando-se trabalhador passa a depender, para existir, da relação entre compra e venda da única mercadoria que lhe pertence que é sua força de trabalho.

Mas, voltando, a forte presença da igreja também conduziu a institucionalização do trabalho de cunho cristão, caritativo e beneficente no Brasil, significados associados ao termo assistência neste período. As Santas Casas de Misericórdia espalham-se pelas colônias portuguesas chegando ao Brasil com as Caravelas. Pernambuco, pela importância econômica de então, foi um dos primeiros locais a ter instalado uma dessas instituições, embora haja controvérsia:

Duas localidades nos pontos estratégicos da colonização – a capitania de Pernambuco e a capitania de São Vicente – disputam, ainda hoje, o título de primeira Misericórdia do Brasil. Olinda (c.1539-1545) e Santos (c.1543) simbolizavam a importância das principais capitanias de então. Logo em seguida, foram fundadas confrarias em outras sedes administrativas como foi o caso do Espírito Santo (c.1545), Bahia (1549), São Paulo (c.1560), Ilhéus (c.1564) (Franco, 2014, p.10)

Colocada a relevância desta instituição e do nosso Estado para a época, é relevante compreender a origem secular de ideias que forjaram uma determinada visão sobre a assistência no Brasil. Franco (2014) ao estudar essas instituições afirmam que o trabalho ali desenvolvido se estruturou a partir de algumas “linhas de força” como a “diferenciação entre pobres mercedores e não mercedores de ajuda” e na repressão aos “vagabundos”, “vadios” e “ociosos” informando ainda que:

No interior das instituições de auxílio, poderiam ser exemplo de pobres “meritórios” aqueles que, por condições físicas e/ou morais (doentes, cegos, aleijados, órfãos, viúvas,

velhos...), ou por condições estruturais ou conjunturais (subemprego, épocas de crise, fome generalizada), não conseguiam se manter. A partir desse universo de pobres dignos de auxílio, as instituições de caridade poderiam selecionar novamente, utilizando diferentes critérios para diferentes serviços (Idem p.06)

Para a infância órfã e desvalida o modelo asilar atuava na linha da repressão e controle aos que ameaçavam a ordem pública que deveriam ser recolhidos, institucionalizados e segregados do convívio social o que, segundo Rizzini e Pilotti (2009) “propiciou a constituição de uma cultura institucional profundamente enraizada nas formas de “assistência ao menor” propostas no Brasil, perdurando até a atualidade”. (p.20)

Era benevolência e caridade aos que “mereciam” e institucionalização e cadeia para os “vagabundos”, ideias que se mantiveram por séculos e fincaram raízes nas instituições construindo significados e identidade a esse campo de atuação.

Quase cinco séculos depois se alteram as relações de produção com a emergência do modo de produção capitalista industrial e a formação do Estado moderno e com ele suas instituições. Embora em novo cenário o significado do trabalho no campo da assistência mantém a estreita relação com os propósitos da reprodução e acumulação da riqueza.

A filantropia ganha projeção nessa época com o surgimento do movimento higienista que impulsionou um tipo de assistência no âmbito privado, complementar ao Estado e mantida por doações das novas elites do capital, dispostas a conceder “ajuda” aos mais necessitados. Segundo Sanglard & Ferreira (2014, p.75) “Nesse novo desenho da assistência, conforme Robert Castel (2010) salienta, ao Estado caberiam às ações mais gerais, e à filantropia, ações mais pontuais”.

A igreja continuava em seu papel caritativo e se somava aos agentes de ações no campo da assistência. Desta forma o binômio caridade e filantropia seguem unidas. O significado de filantropia no dicionário está definido como: “caridade, demonstração de generosidade, tendência para ajudar os mais necessitados” e reflete o espírito das elites da época.

Em 1930 Getúlio Vargas ao fundar o Estado Novo, coloca as ações de filantropia e caridade sob a coordenação do gabinete da primeira-dama, alçando para o campo da assistência estatal o primeiro damismo. Faleiros, citado por Medeiros (2024, p.6) analisa que nesse contexto:

A figura da primeira-dama aparece como dadivosa medianeira de graças, intercessora, protetora dos males, vingadora dos malfeitos, e, para isto usa justamente o assistencialismo. Esse assistencialismo promove campanhas para os “coitados”, distribui brindes, organiza mutirões (em pequena escala), mobiliza as senhoras de classes médias e altas para alguma ação que lhes alivie a consciência em relação aos pobres e se aproveita dos recursos do governo como se fossem seus (patrimonialismo). Faleiros (Faleiros, 1989, p. 118).

A partir de então caridade, filantropia e assistencialismo formam o núcleo central das ações tuteladoras direcionadas a grupos sociais específicos que dependem da bondade, voluntariedade e benevolência das entidades e do Estado e sob coordenação das damas dos governantes. Não havia a perspectiva dos direitos e as ações eram descontinuadas e fragmentadas e mantinham como objetivo a lógica da submissão e manutenção da ordem social vigente.

O projeto político conservador de então assentava-se na dependência e não na superação das situações vivenciadas e o clientelismo assumiu um lugar político de troca de favores e dominação entre quem oferta a ajuda e aquele que o recebe, “transformando as provisões que deveriam ser estatais em benesses particulares” (Mestriner, 2008, p. 106, em: Medeiros, 2024).

Como discutido pelo professor Márcio Oliveira no texto sobre Aspectos históricos e estruturais da Assistência Social no Brasil, o assistencialismo deste período reforça relações hierarquizadas entre quem oferta e quem recebe a assistência, além de se caracterizar por “ações direcionadas a demandas específicas de pessoas e/ou de grupos, sem que se constitua em um exercício de possibilitar a superação da situação de violência ou vulnerabilidade que se esteja vivenciando”. (p.3)

PARA CONCLUIR

Muitos dos elementos que caracterizaram e deram significado conservador ao trabalho na assistência às populações em risco e vulnerabilidade permanece como sombras de um passado sem corpo. Para consolidar processos de trabalho que estejam referenciados na perspectiva ética e política de uma sociedade sem desigualdades e desproteções precisamos trabalhadores capazes de refletir criticamente sobre o significado do seu trabalho e capazes de construir estratégias para que respondam aos atuais desafios da sociedade capitalista.

No nosso próximo módulo vamos problematizar a institucionalização da Política da assistência e o campo de atuação das equipes de referência. Levaremos como bagagem a reflexão sobre as histórias e práticas que construíram nossa história.

Até lá!

PARA REFLETIR:

Após a leitura do texto, o que você identifica que se mantém dessa história e em que já avançamos?

Qual significado você atribui ao seu trabalho no SUAS?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da Servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. Editora Boitempo, 2 ed. São Paulo, 2020.

_____. Os Sentidos do Trabalho: Ensaio sobre a Afirmação e a Negação do Trabalho. Editora Boitempo, São Paulo, 2009

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 8 de outubro de 1988. Brasília, DF: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

_____, NOB SUAS RH. NOB-RH Anotada e Comentada – Brasília, DF: MDS; Secretaria. Nacional de Assistência Social, 2011. 144 p. ; 23. ISBN: 1. Gestão do Trabalho no SUAS, Brasil. 2. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/NOB-RH_SUAS_Anotada_Comentada.pdf

FRANCO, Renato Júnio. **O modelo luso de assistência e a dinâmica das Santas Casas de Misericórdia na América portuguesa**. Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 5-25, janeiro-junho de 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/eh/a/djy5N8r6hf636cxq8d8y3Fc/#>

MEDEIROS, Moíza Siberia Silva. **O primeiro-damismo e a formação social brasileira: elementos para pensar sobre o clientelismo e o favor na assistência social**. Texto disponível na internet: <https://www.abepss.org.br/enpess-anais/public/arquivos/2024/oral/04347.pdf>

OLIVEIRA, Iris Maria de. Assistência Social após LOAS em Natal: a trajetória de uma política social entre o direito e a cultura do atraso. Tese de doutorado. Programa de estudos pós-graduados em Serviço Social. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 306 p., 2005.

SANGLARD, Gisele. FERREIRA, Luiz Otávio. **Pobreza e filantropia: Fernandes Figueira e a assistência à infância no Rio de Janeiro (1900-1920)** Est. Hist., Rio de Janeiro, vol. 27, nº 53, p. 71-91, janeiro-junho de 2014

SANTOS, Josiane. **Questão social: particularidades no Brasil**. Editora Cortez, São Paulo. 2012.

SPOSATTI, Aldaíza. **Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil**. Revista Ciência e saúde coletiva, Jul /2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.10202018>

SPOSATTI, Aldaíza. **Assistência Social: de Ação Individual a Direito Social**. Revista Brasileira de Direito Constitucional – RBDC n. 10 – jul./dez. 2007